

VDB F2

Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração de resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da VDB F2 Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F2 Geração de Energia S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com

os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	58.712	285.873	10.886.830	759.393
Aplicações Financeiras	5	46.934.465	3.259.434	79.105.368	48.865.718
Contas a receber de clientes	6	-	-	23.029.641	38.729.774
Contas a receber - partes relacionadas	7	29.537.922	91.554.985	-	-
Adiantamentos diversos	6	57.064	1.563	3.245.719	53.881
Despesas antecipadas	23	-	-	404.700	1.018.035
Tributos a recuperar		489.087	133.796	644.762	374.003
Dividendos a Receber	8	2.525.547	-	-	-
		<u>79.602.797</u>	<u>95.235.651</u>	<u>117.317.020</u>	<u>89.800.804</u>
Não circulante					
Depósitos Judiciais		-	-	15.000	15.000
Despesas antecipadas	23	-	-	155.573	308.568
Investimentos em sociedades controladas	8	201.808.299	184.435.277	-	-
Imobilizado	9	-	169.282	649.619.540	681.744.001
Intangível	10	1.581.378	1.581.378	1.585.188	1.581.378
Direito de Uso de Arrendamento	11	-	-	9.336.496	-
		<u>203.389.677</u>	<u>186.185.937</u>	<u>660.711.797</u>	<u>683.648.947</u>
Total do ativo		<u>282.992.474</u>	<u>281.421.588</u>	<u>778.028.817</u>	<u>773.449.751</u>
Passivo					
Circulante					
Tributos a recolher	12	22.857	928.781	1.329.345	2.445.225
Contas a pagar	13	70.489	39.082	2.836.970	8.858.142
Contas a pagar - parte relacionadas	7	-	-	1.622.660	4.558.440
Empréstimos e financiamentos	14	3.542.586	110.179.920	22.257.005	130.677.525
Arrendamento Mercantil	11	-	-	1.117.208	-
Provisão para IRPJ e CSLL corrente	15	-	-	884.086	7.618.860
		<u>3.635.932</u>	<u>111.147.792</u>	<u>30.087.274</u>	<u>154.158.192</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	92.632.022	-	551.757.114	449.010.563
Provisão para investimento descoberto		-	8	-	8
Provisão para contingências		-	-	7.192	7.192
Arrendamento Mercantil	11	-	-	8.783.404	-
Provisão para IRPJ e CSLL diferido	15	-	-	709.313	-
		<u>92.632.022</u>	<u>8</u>	<u>561.257.023</u>	<u>449.017.763</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	16	187.073.833	187.073.833	187.073.833	187.073.833
Prejuízos acumulados	16	(349.313)	(16.800.037)	(349.313)	(16.800.037)
		<u>186.724.520</u>	<u>170.273.796</u>	<u>186.724.520</u>	<u>170.273.796</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>282.992.474</u>	<u>281.421.588</u>	<u>778.028.817</u>	<u>773.449.751</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Receitas e custos operacionais					
Receita Líquida de vendas	17	-	-	118.627.905	35.930.382
Custo das vendas	18	-	-	(41.826.178)	(16.502.126)
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.801.727</u>	<u>19.428.256</u>
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	19	(1.576.203)	(566.696)	(7.052.157)	(6.584.650)
Outras receitas operacionais	19	8	-	1.379.080	-
Participação de equivalência patrimonial		<u>19.898.570</u>	<u>(11.914.438)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		18.322.375	(12.481.134)	71.128.650	12.843.606
Despesas financeiras	20	(8.594.914)	(4.649.195)	(53.330.661)	(19.242.064)
Receitas financeiras	20	<u>6.723.264</u>	<u>4.934.239</u>	<u>3.693.627</u>	<u>2.121.698</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(1.871.650)</u>	<u>285.044</u>	<u>(49.637.034)</u>	<u>(17.120.366)</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		16.450.724	(12.196.090)	21.491.615	(4.276.760)
IR e CS correntes	15	-	-	(4.877.967)	(7.372.941)
IR e CS diferidos	15	-	-	(162.925)	(546.388)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		16.450.724	(12.196.090)	16.450.724	(12.196.090)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.450.724	(12.196.090)	16.450.724	(12.196.090)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>16.450.724</u>	<u>(12.196.090)</u>	<u>16.450.724</u>	<u>(12.196.090)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Reservas de Lucros			Total
	Capital social	Transações de capital com sócios	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>187.073.833</u>	<u>(38)</u>	<u>(4.603.909)</u>	<u>182.469.886</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(12.196.090)	(12.196.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>187.073.833</u>	<u>(38)</u>	<u>(16.799.999)</u>	<u>170.273.796</u>
Transações de capital com sócios		38	(38)	
Lucro líquido do exercício	-	-	16.450.724	16.450.724
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>187.073.833</u>	<u>-</u>	<u>(349.313)</u>	<u>186.724.520</u>

s notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração dos Fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	16.450.724	(12.196.090)	16.450.724	(12.196.090)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	27.214.020	8.239.074
. Provisão de juros	7.101.549	4.179.920	48.258.020	17.059.516
. Amortização Ativos - Direito de Uso	-	-	360.230	-
. Juros de arrendamento mercantil	-	-	1.037.233	-
. Juros - parte relacionada	(4.512.566)	(4.387.589)	-	-
. Provisão de IOF s/ empréstimo parte relacionada	-	(882.396)	-	-
. Provisões para investimento	(8)	-	(8)	-
. Juros e IOF capitalizados	-	-	-	21.774.313
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	162.925	546.388
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	4.877.967	7.372.941
. Perda\Ganho de equivalência patrimonial	(19.898.570)	11.914.438	-	-
	(858.570)	(1.371.717)	98.361.111	42.796.142
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
. Aplicações financeiras	(43.675.031)	(3.238.628)	(30.239.650)	(11.535.852)
. Contas a receber de clientes	-	-	15.700.133	(38.665.980)
. Adiantamentos	(55.501)	(1.563)	(3.191.839)	(20.058)
. Despesas antecipadas	-	-	766.330	(135.121)
. Tributos a recuperar	(355.292)	(97.623)	(270.759)	(207.251)
. Outros Ativos	-	-	-	(7.809)
. Tributos a recolher	(905.924)	928.129	(1.115.880)	1.093.922
. Contas a pagar	31.408	38.088	(6.021.172)	7.225.050
. Contas a receber - Parte relacionadas	-	-	-	-
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	(2.935.779)	(11.137.537)
. Outros	-	-	(833.345)	-
	(44.960.340)	(2.371.597)	(28.141.961)	(53.390.636)
Gerado pelas operações:				
. IOF pagos de empréstimos parte relacionada	882.396	-	-	-
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.066.353)	(300.470)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(44.936.814)	(3.743.314)	59.152.797	(10.894.964)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
. Aporte de capital em controladas	-	(16.500.000)	-	-
. Aquisição de imobilizado	-	-	(2.761.601)	(376.866.982)
. Reversão/Baixa de ativo imobilizado	169.282	-	7.232.682	-
. Transferência de ativo imobilizado	-	-	439.360	-
. Aquisição de intangível	-	-	(3.810)	-
. Dividendos recebidos	-	230.397	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento	169.282	(16.269.603)	4.906.631	(376.866.982)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
. Recursos provenientes de empréstimos com parte relacionada	-	(86.285.000)	-	-
. Aquisição de Empréstimos	-	-	9.152.892	287.967.278
. Emissão de Debêntures	106.000.000	106.000.000	106.000.000	106.000.000
. Pagamento de Empréstimos	0	-	(15.803.576)	-
. Pagamento de Debêntures	(106.000.000)	-	(106.000.000)	-

. Pagamento juros - Debêntures	(9.214.127)	-	(9.214.127)	-
. Custos de transação - Debêntures	(11.892.734)	-	(11.892.734)	-
. Pagamento juros - Empréstimos	-	-	(26.579.301)	-
. Custos de transação de empréstimos	-	-	404.855	(6.383.357)
. Recebimento de empréstimos - parte relacionada	65.647.232	618	-	618
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	44.540.371	19.715.618	(53.931.991)	387.584.539
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(227.161)	(297.298)	10.127.437	(177.406)
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	285.873	583.171	759.393	936.799
No final do exercício	58.712	285.873	10.886.830	759.393
	(227.161)	(297.298)	10.127.437	(177.406)

As notas explicativas são parte integrante as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Sociedade tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2018 de forma atendendo integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	<u>28,6 MW</u>
	<u>116,6 MW</u>

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Sociedades. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016 o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e

Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 11.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda Funcional e moeda de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) **Provisão para desmobilização**

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) **Provisões para contingências judiciais**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Investimento em Controlada

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.3 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). Em 31 de dezembro de 2019, a Administração concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, etende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5 Ativo intangível amortizável

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo classificados como ágio com vida útil definida, amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Sociedade optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

Debentures

Debêntures

Em 14 de junho de 2019, a Sociedade assinou um instrumento de 2ª emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de Vencimento
VDB F2 Geração de Energia S.A.	106.000.000	106.000	1.000	15/04/2033

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Debêntures		Controladora	
Saldo inicial 31.12.2017		- Saldo inicial 31.12.2018	110.179.920
(+) Juros incorridos	4.179.920	(+) Juros incorridos	7.201.549
(-) Pagamento de juros		(-) Pagamento de juros	(9.312.127)
(-) Pagamento de principal		(-) Pagamento de principal	(106.000.000)
(+) Aquisição de empréstimo	106.000.000	(+) Aquisição de empréstimo	106.000.000
(+) Custos de Captação		(+) Custos de Captação	(11.892.734)
Saldo Final 31.12.2018	110.179.920	Saldo Final 31.12.2019	96.176.608

Mais detalhes estão apresentados na nota explicativa 14.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.11 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios

acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de geração de energia em fase de teste

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.12 Tributos

Em 2019, a Sociedade apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controlada, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2019.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável

que não fora recebido até a data da apuração.

3.13 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019:

(i) CPC 06 (R2) - arrendamentos

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade atua como arrendatárias de terrenos para construção de seus projetos de usinas fotovoltaicas. A Sociedade, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Sociedade, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Sociedade não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito da CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

3.14 Novas normas revisadas e ainda não vigentes:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos	58.712	285.873	10.886.830	759.393
Total	58.712	285.873	10.886.830	759.393

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações Financeiras	46.934.465	3.259.434	79.105.368	48.865.718
Total	46.934.465	3.259.434	79.105.368	48.865.718

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós fixadas e com rentabilidade média no ano sobre DI CETIP ("DCI") e 94% (taxa nominal curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber e adiantamentos

6.1 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	23.029.641	38.729.774
Total	-	-	23.029.641	38.729.774

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as

contas a receber da Sociedade. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

6.2 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	57.064	1.563	3.245.719	53.881
Total	57.064	1.563	3.245.719	53.881

7 Transações com partes relacionadas

7.1 Empréstimos a receber - partes relacionadas

	Controladora	
	2019	2018
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA I S/A	6.169.333	20.863.794
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA III S/A	1.854.811	21.213.176
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA IX S/A	17.595.639	29.371.572
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA XVIII S/A	3.918.139	20.106.443
Total	29.537.922	91.554.985

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora as partes relacionadas:

MUTUO	Moeda	Controladora							
		Principal	Juros	IOF	31/12/2018	Pagamento principal	Juros	IOF	31/12/2019
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA I S/A	R\$	19.715.000	953.456	195.338	20.863.794	(15.447.320)	948.197	(195.338)	6.169.333
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA III S/A	R\$	20.020.000	991.816	201.359	21.213.176	(19.801.434)	644.428	(201.359)	1.854.811
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA IX S/A	R\$	27.580.000	1.497.346	294.227	29.371.572	(13.616.911)	2.135.205	(294.227)	17.595.639
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA XVIII S/A	R\$	18.970.000	944.970	191.472	20.106.443	(16.781.567)	784.736	(191.472)	3.918.139
		86.285.000	4.387.588	882.396	91.554.985	(65.647.232)	4.512.566	(882.396)	29.537.922

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela Sociedade às suas controladas. O empréstimo é atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%.

7.2 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Edf En do Brasil Participações Ltda	-	-	1.622.660	4.558.440
Total	-	-	1.622.660	4.558.440

Em 15 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de rateio de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF do Brasil”) e as Sociedades do projeto Ventos da Bahia Fase 2 (Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII), com participação definida na seguinte proporção, respectivamente: 24,53%, 26,41%, 24,53% e 24,53%, de um total de 116,6MW, o rateio de despesas é proporcional à capacidade instalada de cada parque. O documento trata do repasse dos custos necessários para o desenvolvimento, construção e manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas, despesas de deslocamento. A previsão de liquidação dos valores em aberto é no segundo semestre de 2019.

Remuneração do Pessoal chave da Administração

Não houve remuneração do pessoal chave da Administração em 2019 e 2018.

8 Investimentos em Sociedades controladas

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Total
Patrimônio da Investida	47.980.829	56.237.883	48.948.313	48.641.274	201.808.299
Percentual do investimento	100%	100%	100%	100%	100%
Saldo do Investimento	47.980.829	56.237.883	48.948.313	48.641.274	201.808.299

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2017	Aporte	Equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2018	Equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2019
VDB I	44.152.445	2.500.000	(2.072.310)	(37.106)	44.543.030	3.863.116	(425.316)	47.980.830
VDB III	47.544.394	3.000.000	(1.123.417)	(40.406)	49.380.571	8.643.279	(1.785.967)	56.237.883
VDB IX	44.098.072	7.500.000	(5.367.808)	-	46.230.264	2.718.049	-	48.948.313
VDB XVIII	44.170.002	3.500.000	(3.350.903)	(37.687)	44.281.412	4.674.126	(314.264)	48.641.274
	179.964.913	16.500.000	(11.914.438)	(115.198)	184.435.277	19.898.570	(2.525.547)	201.808.299

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
Ativos circulantes	15.954.386	21.325.831	23.708.279	15.212.047
Ativos não circulantes	161.253.577	172.173.427	164.659.606	160.969.747
Passivos circulantes	14.180.333	12.770.355	24.450.281	12.589.763
Passivos não circulantes	115.046.801	124.491.020	114.969.292	114.950.757
Patrimônio Líquido	44.117.713	47.594.604	46.230.264	43.967.148
Resultado	3.863.116	8.643.279	2.718.049	4.674.126

9 Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

	Taxa de depreciação	2019					Saldo em 31/12/2019
		Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência	Reversão de capex/Baixa	Depreciação	
Torres anemométricas	4%	681.744.000	2.759.325	(1160.35)	(7.556.006)	(27.213.816)	649.617.468
Moveis e Utensílios	10%	-	2.276	-	-	(204)	2.072
Total		681.744.000	2.761.601	(116.035)	(7.556.006)	(27.214.020)	649.619.540

Custo	690.152.277	685.241.836
Depreciação acumulada	(8.408.277)	(35.622.296)
Imobilizado líquido	<u>681.744.000</u>	<u>649.619.540</u>

Consolidada

	2018					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Torres anemométricas	4%	733.213	376.866.982	312382879	(8.239.074)	681.744.000
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	201.809.385	-	(201.809.385)	-	-
Capitalizações resultado financeiro	-	5.176.148	-	(5.176.148)	-	-
Instalações em construção	-	105.397.346	-	(105.397.346)	-	-
Total		<u>313.116.092</u>	<u>376.866.982</u>	<u>-</u>	<u>(8.239.074)</u>	<u>681.744.000</u>
Custo		313.285.295				690.152.277
Depreciação acumulada		(169.203)				(8.408.277)
Imobilizado líquido		<u>313.116.092</u>				<u>681.744.000</u>

10 Intangível

O intangível foi adquirido em 2017 pela Companhia, através da incorporação da empresa Ventos da Bahia Ltda.

Controladora

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/12/2019
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	-	1.581.378
Total		<u>1.581.378</u>	<u>-</u>	<u>1.581.378</u>
Custo		1.581.378		1.581.378
Intangível líquido		<u>1.581.378</u>		<u>1.581.378</u>

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2017	Adição	Saldo em 31/12/2018
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	-	1.581.378
Total		<u>1.581.378</u>	<u>-</u>	<u>1.581.378</u>
Custo		1.581.378		1.581.378
Intangível líquido		<u>1.581.378</u>		<u>1.581.378</u>

Consolidado

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/12/2019
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	3.810	1.585.188
		1.581.378	3.810	1.585.188
Total				
Custo		1.581.378		1.585.188
Intangível líquido		1.581.378		1.585.188

Consolidado

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2017	Adição	Saldo em 31/12/2018
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	-	1.581.378
		1.581.378	-	1.581.378
Total				
Custo		1.581.378		1.581.378
Intangível líquido		1.581.378		1.581.378

11 Direito de uso e Passivo de arrendamento

a) Adoção inicial

A Sociedade e suas controladas adotaram em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”. A nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados da taxa incremental. Os ativos de direito de uso são mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Sociedade

A Sociedade e suas controladas aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

(i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Sociedade aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 considerados segundo os critérios de avaliação da própria norma.

(ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: Segundo a norma, contratos inferiores a 12 meses estão excluídos do escopo, permanecendo sua contabilização como despesa, e seus pagamentos ocorrendo segundo critérios definidos pelo contrato.

(iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Sociedade continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iv) Aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial em:							
		Ativo				Passivo	
		01/01/2019	31/12/2019			01/01/2019	31/12/2019
Circulante				Circulante			
		-	(831.216)	Arrendamento Mercantil		-	1.117.208
		-	(831.216)			-	1.117.208
Não circulante				Não circulante			
Direito de Uso de Arrendamento		9.696.726	9.336.496	Arrendamento Mercantil		9.696.726	8.783.404
		9.696.726	9.336.496			9.696.726	8.783.404
				Patrimônio Líquido			
				Resultados acumulados		-	(1.395.332)
						-	(1.395.332)
Total		9.696.726	8.505.280	Total		9.696.726	8.505.280

b) Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos Serviços Prestados” / “Despesas Administrativas”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Sociedade reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Sociedade não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto para o período de Janeiro a Dezembro de 2019 utilizada para as operações de arrendamento da companhia e suas controladas:

VDB I e VDB III - Francisco Costa dos Santos Filho - N47	11,31%
VDB IX e VDB XVIII - Floriano Marçal - N53	11,31%
VDB IX - Espólio de Carlos da Silva - N51	11,31%

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

c) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem 3 contratos de arrendamento. Em 01 de janeiro de 2019 não haviam contratos de arrendamento.

Direito de Uso de Arrendamentos	Saldo em 01/01/2019	Juros	Amortização	Saldo em 31/12/2019	
Aluguel de Imóveis	9.696.726	-	(360.230)	9.336.496	-
	9.696.726	-	(360.230)	9.336.496	

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Juros	Ajuste de correção	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Arrendamento Mercantil	9.696.726	-	1.037.233	(2.131)	(831.216)	9.900.612
	9.696.726	-	1.037.233	(2.131)	(831.216)	9.900.612
					Circulante	1.117.208
					Não Circulante	8.783.404

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Tributos Federais	22.857	928.781	1.302.645	1.477.812
Tributos Estaduais			6.741	6.741
Tributos Municipais	-	-	952	55.702
INSS Retido	-	-	19.007	904.970
Total	22.857	928.781	1.329.345	2.445.225
Tributos Federais				
PIS	2.464	5.589	213.518	213.391
COFINS	15.165	34.395	989.257	1.096.996
Tributos retidos	5.228	888.797	99.870	167.425
Total	22.857	928.781	1.302.645	1.477.812

13 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	3.882	-	3.882	-
Condomínio Central De Certidoes	1.563	-	1.563	-
J.G. Assis De Almeida E Associados - Sociedade De Advogados	8.765	-	22.422	-
Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria E Planejamento Empres	9	-	9	-
Pentagono S A Distribuidora De Tit E Val	22.425	-	22.425	-
Argo Transmissao De Energia S.A.	-	-	2.213	-
Biometria Consultoria E Projetos	-	-	14.654	-
Cia Estadual De Geração E Transmissão De Energia Elétrica	-	-	8.457	-
Comerc Energia Ltda.	-	-	4.791	-
Cteep-Companhia De Transmissão De Energia Elétrica Paulista	-	-	2.438	-
Vestas Do Brasil Energia Eolica Ltda	-	-	293.200	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	4.625	-
Gestalt Servicos Ltda	-	-	10.617	-
Gestalt Vigilancia Patrimonial Ltda	-	-	6.266	-
Guaraciaba Transmissora De Energia (Tp Sul) S.A.	-	-	436	-
Jauru Transmissora De Energia S/A.	-	-	317	-
Marrica Consultoria Ltda	-	-	33.190	-
Patrimonio Consultoria E Empreendimentos Eireli	-	-	862	-
Mynarski International Valuation Servicos De Avaliacoes Ltda	-	-	1.220	-
Parque Eólico Ventos Da Bahia Iii S.A.	-	-	3.352	-
Parque Eólico Ventos Da Bahia Ix S.A.	-	-	229.587	-
Interligação Elétrica De Minas Gerais S.A	-	-	1.081	-
Patrimonio Consultoria E Empreendimentos Eireli	-	-	22.857	-
T T M - Trindade Tecnologia M O S Ltda	-	-	3.684	-
Taesa Munirah	-	-	169	-
Zailson Batista De Souza	-	-	2.179	-
Cabrera Consultoria Contábil E Tributaria	105	3.151	22.261	12.606
Domingues E Pinho Contadores Ltda.	12.298	12.298	24.332	-
Kpmg Auditores Independentes.	21.442	18.188	82.144	18.188
Abb Ltda	-	-	339.692	2.338.947

VDB F2 Geração de Energia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Ans Comercio E Derivados De Petróleo Ltda	-	-	-	15.996
Aps Componentes Elétricos Ltda	-	-	-	28.231
Biometria Consultoria E Projetos	-	-	-	18.983
Briskcom Ltda	-	-	7.829	33.068
Copel Geração E Transmissão S.A.	-	-	-	26.206
Cotesa Engenharia Ltda	-	-	34.626	62.797
Domingues E Pinho Contadores Ltda.	-	-	-	24.332
Elos Eletrotécnica Ltda.	-	-	3.779	10.560
Enel Cien S/A	-	-	-	25.421
Gtx Tecnologia Ltda - Me	-	-	118	10.454
Messtechnik Comercio E Instrumentações L	-	-	81.882	109.839
Papyrus Consultoria Ambiental Ltda	-	-	-	112.144
Seta Construções S/A	-	-	514.124	823.500
Seta Engenharia S/A	-	-	823.500	1.603.866
Seta Construções S/A	-	-	-	2.764.760
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Segu	-	-	-	375.046
Diversos	-	5.445	206.187	443.199
	70.489	39.082	2.836.970	8.858.142

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Controladora

Debêntures

Em 14 de junho de 2019, a Sociedade assinou um instrumento de 2ª emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de Vencimento		
VDB F2 Geração de Energia S.A.	106.000.000	106.000	1.000	15/04/2033		
Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa Efetiva	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2019
Principal Debentures	R\$	IPCA + 3,8708%	8,18%	2019 a 2033	106.000.000	106.000.000
Juros					4.179.920	2.067.342
Custo a amortizar					-	(11.892.734)
					110.179.920	96.174.608
				Passivo Circulante	3.542.586	3.542.5886
				Passivo Não Circulante	106.637.334	92.632.022

Em 14 de junho de 2019, a VDB F2 Geração de Energia S.A. emitiu 106.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em julho de 2019. O total de custos de transação incorridos na

contratação foi de R\$ 12.338.711 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.824.753. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 3,8708% a.a., com exigibilidade semestral.

Em 27 de abril de 2018, a Sociedade emitiu 10.600 debêntures, no valor nominal de R\$10.000 cada totalizando um montante R\$ 106.000.000, tendo ocorrido a integralização dos recursos em 25 de maio de 2018. Os custos de captação são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa efetiva do empréstimo de 6,70% a.a.

O objetivo desta captação foi a implantação (construção) dos parques eólicos Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII. Sobre o principal da dívida incidem CDI mais juros de 0,30% a.a. As mesmas foram liquidadas em 2019.

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Debêntures

Controladora			
Saldo inicial 31.12.2017		- Saldo inicial 31.12.2018	110.179.920
(+) Juros incorridos	4.179.920	(+) Juros incorridos	7.101.549
(-) Pagamento de juros	-	(-) Pagamento de juros	(9.214.127)
(-) Pagamento de principal	-	(-) Pagamento de principal	(106.000.000)
(+) Aquisição de empréstimo	106.000.000	(+) Aquisição de empréstimo	106.000.000
(+) Custos de Captação	-	(+) Custos de Captação	(11.892.734)
Saldo Final 31.12.2018	110.179.920	Saldo Final 31.12.2019	96.176.608

Garantias

Esse financiamento conta com penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A partir de 2020, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do Contrato, o ICSD Consolidado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados.

Consolidado

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Consolidado

a) Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa Efetiva	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2019
Principal BNDES FINEN	R\$	TJLP + 2,48%	8,05%	2019 a 2035	441.771.278	435.396.800
Juros					36.918.135	50.856.660
Custos de captação					(9.181.244)	(8.413.949)
					469.508.168	477.839.511

VDB F2 Geração de Energia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

b) Debêntures						
Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa Efetiva	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2019
Principal Debentures	R\$	IPCA + 3,8708%	8,18%	2019 a 2033	106.000.000	106.000.000
Juros					4.179.920	2.067.342
Custo a amortizar					-	(11.892.734)
					110.179.920	96.174.608
				Passivo Circulante	130.677.525	114.889.028
				Passivo Não Circulante	449.010.563	459.125.091

A movimentação dos empréstimos consolidados (incluindo as debêntures emitidas pela controladora), encontra-se apresentada abaixo, conforme segue:

	Debêntures	Empréstimos BNDES				
	VDB F02	VDBI	VDBIII	VDBIX	VDBXVIII	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	37.545.855	40.618.527	37.552.978	37.552.978	153.270.338
Juros e Encargos	4.179.920	8.131.363	8.794.304	8.864.121	8.864.121	38.833.829
Liberação de Empréstimo	106.000.000	70.551.983	76.311.329	70.551.983	70.551.983	393.967.278
Custos	-	(1.204.561)	(1.303.336)	(1.937.730)	(1.937.730)	(6.383.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	110.179.920	115.024.640	124.420.824	115.031.352	115.031.352	579.688.088
Passivo Circulante	110.179.920	5.021.922	5.431.839	5.021.922	5.021.922	130.677.525
Passivo Circulante	-	110.002.718	118.988.985	110.009.430	110.009.430	449.010.563
	VDB F02	VDBI	VDBIII	VDBIX	VDBXVIII	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	110.179.920	115.024.640	124.420.823	115.031.353	115.031.353	579.688.089
Juros e Encargos	7.101.549	10.085.745	10.905.572	10.082.577	10.082.577	48.258.020
Liberação de Empréstimo	106.000.000	2.516.100	2.329.470	2.153.661	2.153.661	115.152.892
Pagamento de juros	(9.214.127)	(6.511.940)	(7.043.481)	(6.511.940)	(6.511.940)	(35.793.428)
Pagamento de principal	(106.000.000)	(3.871.883)	(4.187.927)	(3.871.883)	(3.871.883)	(121.803.576)
Custos	(11.892.734)	99.500	107.178	99.089	99.089	(11.487.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96.174.608	117.342.162	126.531.635	116.982.857	116.982.857	574.014.119
Passivo Circulante	3.542.586	4.599.292	4.954.295	4.580.416	4.580.416	22.257.005
Passivo Circulante	92.632.022	112.742.870	121.577.340	112.402.441	112.402.441	551.757.114

Em 31 de julho de 2017, a sociedades abaixo firmaram contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R\$ 486.420.000,00, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2019 em um montante total de R\$ 451.086.159,89. O objetivo dos empréstimos foram para captação de recursos para construção dos parques eólicos. Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de abril de 2019. Os valores dos principais serão amortizados em 192 prestações mensais, com início em 15 de maio de 2019 até 16 de abril de 2035.

Garantias

Esse financiamento conta com garantia corporativa até o completion financeiro, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real.

No exercício de 2019, a Controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	2019	2018
Contribuição Social	600.586	2.162.453
Imposto de Renda	992.813	5.456.406
Total	<u>1.593.399</u>	<u>7.618.860</u>

Impostos correntes	884.086	7.072.470
Impostos diferidos	709.313	446.390

	2019	2018
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Receitas de vendas	145.122.455	19.552.079
Base presumida para o IRPJ (8%)	11.609.796	1.564.166
Base presumida para a CSLL (12%)	17.414.695	2.346.249
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	1.209.095	1.140.510
Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas	-	555.605
Receita de juros	273.833	207
Demais receitas e ganhos de capital	-	18.439.998
Base de cálculo do imposto de renda	<u>13.092.725</u>	<u>21.700.486</u>
Base de cálculo da contribuição social	18.897.623	22.482.569

VDB F2 Geração de Energia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Alíquota do Imposto de Renda - 15%	(1.963.909)	(3.255.075)
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	(1.213.272)	(2.094.435)
Alíquota da Contribuição Social - 9%	(1.700.786)	(2.023.431)
Total de Imposto de Renda Corrente	(3.177.181)	(5.349.510)
Total de Contribuição Social Corrente	(1.700.786)	(2.023.431)
Total dos tributos correntes	(4.877.967)	(7.372.941)

	2019	2018
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Base de cálculo para os tributos diferidos	-	4.422.046
Variação do contas a receber	3.690.809	17.739.878
Base presumida para o IRPJ (8%)	295.330	1.419.190
Base presumida para a CSLL (12%)	442.992	2.128.785
Juros a receber - CCEE	-	-
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo do imposto de renda	295.330	1.419.190
Base de cálculo da contribuição social	442.992	2.128.785
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	(44.299)	(212.879)
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	(29.533)	(141.919)
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	(39.869)	(191.591)
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	(73.832)	(354.798)
Imposto de Renda diferido de 2018	(31.963)	-
Total de Contribuição Social Diferida	(39.869)	(191.591)
Contribuição Social Diferida de 2018	(17.261)	-
Total de tributos diferidos	(162.925)	(546.388)

16 Patrimônio Líquido

16.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 187.073.833 (R\$ 187.073.833 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 187.073.833 (1.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2019	2018
EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	<u>187.073.833</u>	<u>187.073.833</u>
Total	<u>187.073.833</u>	<u>187.073.833</u>

Resultado do exercício

A Sociedade registrou um lucro no montante de R\$ 16.450.724 em 31 de dezembro de 2019 (Prejuízo de R\$ 12.196.090 em 31 de dezembro de 2018). A Sociedade registrou um prejuízo acumulado de R\$ 349.313 em 31 de dezembro 2019 (Prejuízo acumulado de R\$ 16.800.037 em 31 de dezembro de 2018)

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social.

17 Receita líquida de Vendas

	<u>Consolidada</u>	
	2019	2018
Geração de energia		
Receita de vendas	124.117.951	37.291.956
Receita bruta	<u>124.117.951</u>	<u>37.291.956</u>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(977.679)	(242.398)
COFINS	(4.512.367)	(1.118.759)
ICMS	-	(418)
Total das deduções da receita bruta	<u>(5.490.046)</u>	<u>(1.361.574)</u>
Total da receita líquida	<u>118.627.905</u>	<u>35.930.382</u>

18 Custos de Vendas

	<u>Consolidada</u>	
	2019	2018

Custos operacionais

Seguros	(1.022.240)	(446.850)
Arrendamentos operacionais	(669.121)	(164.984)
	<u>(1.691.361)</u>	<u>(611.835)</u>

Impostos e taxas

TUSD	(4.647.196)	(2.152.171)
Taxa de regulamentação	(434.647)	(2.429)
	<u>(5.081.843)</u>	<u>(2.154.600)</u>

Serviços prestados

Manutenção das Instalações e equipamentos	(6.821.922)	(3.639.983)
Serviços de Engenharia	(817.583)	(804.591)
Custos ambientais	(72.129)	(959.644)
Outros Serviços	(127.320)	(92.399)
	<u>(7.838.954)</u>	<u>(5.496.618)</u>

Depreciação

Custo com depreciação	(27.214.020)	(8.239.074)
	<u>(27.214.020)</u>	<u>(8.239.074)</u>

Total dos custos de vendas

	<u>(41.826.178)</u>	<u>(16.502.126)</u>
--	---------------------	---------------------

19 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

Despesas administrativas

Condução/Locomoção	(15.332)	-	(15.332)	(7.998)
Alimentação	(3.319)	-	(3.319)	-
Viagens e estadias	(915)	-	(915)	-
Cópias e reproduções	-	-	(2.026)	-
Despesas Legais	(158.415)	(3.910)	(201.300)	(39.253)
Propaganda e publicidade	-	(9.339)	-	(75.299)
Internet/Telefone	-	-	(98.925)	(29.506)
Material de limpeza	-	-	(137.955)	(30.966)
Guarda de achados arqueológicos	-	-	(210.293)	-
Correios	(4.913)	-	(4.913)	(66)
Material de escritório	-	-	-	(243)
Contribuições a associações	-	-	(30.363)	(4.428)
Outras	-	(27)	(102.007)	(76.502)
	<u>(182.893)</u>	<u>(13.276)</u>	<u>(807.348)</u>	<u>(264.261)</u>

Impostos e taxas

	2019	2018	2019	2018
Multas administrativas	(8.283)	-	(19.595)	-

VDB F2 Geração de Energia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Outros impostos e taxas	(39.689)	(3)	(54.382)	(67.520)
PIS e COFINS	(312.632)	(276.290)	(312.632)	(276.290)
	(360.604)	(276.293)	(386.609)	(343.810)

Despesas com serviços prestados	2019	2018	2019	2018
Honorários de Contadores	(41.517)	(88.548)	(388.609)	(259.785)
Honorários de Consultores	(65.428)	(46.826)	(608.874)	(674.207)
Honorários de Auditores	(30.126)	(36.249)	(174.234)	(60.039)
Honorários de Advogados	(656.080)	(88.836)	(1.022.510)	(298.411)
Serviços de tradução	-	(8.600)	-	(8.600)
Propaganda e publicidade	(29.165)	-	(29.165)	-
Informática	(25.359)	-	(42.052)	-
Outros Serviços	(14.795)	(8.067)	(158.890)	(123.579)
	(862.471)	(277.127)	(2.424.334)	(1.424.621)

Outras despesas operacionais	2019	2018	2019	2018
Outras despesas operacionais	(170.234)	-	(170.234)	-
	(170.234)	-	(170.234)	-

Rateio de despesas	2019	2018	2019	2018
Salários	-	-	(1.411.754)	(1.383.483)
Previdência social	-	-	(283.286)	(878.823)
Outros custos com pessoal	-	-	(3.686)	(328.057)
Aluguel	-	-	(136.792)	(260.232)
Seguros	-	-	(14.598)	(468)
Gerenciamento	-	-	(549.198)	(298.392)
Viagens e estadias	-	-	(143.900)	(311.733)
Consultoria e assessoria	-	-	(5.985)	(312.632)
Outras despesas financeiras	-	-	(614.800)	-
Pequenos equipamentos	-	-	(894)	-
Telecomunicação	-	-	(1.334)	-
Marketing/Comunic. Interna/Externa	-	-	(2.103)	-
Manutenção	-	-	(2.315)	-
Outras despesas externas	-	-	(51.432)	-
Advogados	-	-	(41.555)	(778.140)
	-	-	(3.263.632)	(4.551.959)

Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	(1.576.203)	(566.696)	(7.052.157)	(6.584.650)
--	--------------------	------------------	--------------------	--------------------

Outras receitas operacionais	2019	2018	2019	2018
Recuperação de despesas (i)	8	-	1.379.080	-
	8	-	1.379.080	-

(i) Reversão de provisão de despesas de serviços com contratos da ABB, SETA Engenharia, Messtechnik e reversão

de MCP

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.208.604	542.902	3.417.699	1.683.412
Desconto	-	1	-	2.076
Juros - parte relacionada	4.512.566	4.387.620	-	-
Juros	2.094	3.717	275.928	436.210
	6.723.264	4.934.239	3.693.627	2.121.698
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	-	(55.753)	-	-
Juros de empréstimos	(7.101.549)	(4.124.168)	(48.267.767)	(17.059.516)
Despesas com juros	(401.536)	-	(915.783)	-
Despesas bancárias	(104.691)	(73.658)	(346.570)	(597.889)
Desconto concedidos	-	-	(410.960)	-
Comissões	(785.978)	-	(785.978)	-
Juros IFRS 16	-	-	(1.037.233)	-
Encargos sobre pagamento em atraso	-	-	-	(278)
Despesas com IOF	(42.160)	(37.362)	(837.561)	(812.672)
Custos com empréstimos	(159.000)	(358.254)	(728.809)	(622.162)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(149.547)
	(8.594.914)	(4.649.195)	(53.330.661)	(19.242.064)
Resultado Financeiro líquido	(1.871.650)	285.044	(49.637.034)	(17.120.366)

21 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	58.712	285.873	10.886.830	759.393
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	46.934.465	3.259.434	79.105.368	48.865.718
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	23.029.641	38.729.774
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	29.537.922	91.554.985	-	-
Dividendos a receber	Custo amortizado	2.525.547	-	-	-

Passivos	Categorias	Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Contas a pagar	Custo amortizado	70.489	39.082	2.836.970	8.858.142
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	1.622.660	4.558.440
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	96.174.608	110.179.920	574.014.119	579.688.088

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

		Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	46.934.465	3.259.434	79.105.368	48.865.718
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	23.029.641	38.729.774
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	29.537.922	91.554.985	-	-

A administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

Controladora	Consolidada
2019	2019

VDB F2 Geração de Energia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	70.489	-	2.836.970	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	1.622.660	-
Empréstimos e financiamentos	3.542.586	92.632.022	22.257.005	551.757.114
	<u>3.613.075</u>	<u>92.632.022</u>	<u>27.716.635</u>	<u>551.757.114</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	2018		2018	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	39.082	-	8.858.142	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	4.558.440	-
Empréstimos e financiamentos	110.179.920	-	130.677.525	449.010.563
	<u>110.219.003</u>	<u>-</u>	<u>144.094.107</u>	<u>449.010.563</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Os riscos atrelados às operações da Sociedade estão ligados a variação da TJLP e do IPCA. Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2020, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IBGE, foi obtida a taxa IPCA, cuja taxa inicial para 2020 é de 4,3092% a.a., sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2019	Risco	Juros Projetados para 2020		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiro					
Debêntures	108.067.342	IPCA	8.569.801,78	9.685.310,51	10.800.383,39

22 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
2019	Total (R\$ Mil)	23.421	25.924	23.600	23.958
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203	203	203	203
Após 2020	Total (R\$ Mil)	23.312	24.585	23.489	23.845

b. Compromissos com fornecedores

A Sociedade possui contratos assinados para recebimento de equipamentos e construção das usinas, todos celebrados em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019

	VDB I 2019	VDB III 2019	VDB IX 2019	VDB XVIII 2019	Total 2019
ABB LTDA	939	939	939	939	3.756
MESSTECHNICK	12	12	12	12	48
COELBA	60	60	60	60	240
SETA CONSTRUÇÕES S.A	774	774	774	774	3.096
SETA ENGENHARIA S.A.	410	410	410	410	1.640
TOTAL (Mil)	2.195	2.195	2.195	2.195	8.780

23 Seguros

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Administrativas - seguros	-	-	560.273	1.326.603
Total	-	-	560.273	1.326.603
Curto prazo			404.700	1.018.035
Longo Prazo			155.573	308.568

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos Operacionais e Cláusulas especiais e particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Materiais e Lucro Cessantes, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 06/09/2018 à 06/03/2020.

Coberturas	Importâncias seguradas
Lucro Cessante	R\$ 113.449.000
Danos materiais	R\$ 725.775.000

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Corporais e Danos materiais, causados a terceiros, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 30/06/2018 à 30/06/2019.

Coberturas	Importâncias seguradas
Operações - Estabelec Comerciais/Industriais	R\$ 6.523.065
Danos materiais Operações - Estabelec Comerciais/Industriais	R\$1.304.613

24 Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em função da recente escalada de notícias e ações governamentais, não temos como precisar exatamente quais e como serão os eventos subsequentes devido a pandemia do corona virus. Entretanto, temos planos de contingências bem definidos dentro do grupo para casos de desastres. Adaptamos essas ações para o atual cenário brasileiro e aplicamos a todas as áreas da empresa. Em uma análise preliminar não identificamos impactos relevantes no curto prazo. Entretanto, estamos constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.